

SIMPÓSIO

Violência sexual contra a mulher: um desafio para o ensino e a pesquisa no Brasil

Flavia Squinca
Debora Diniz
Kátia Braga

Este artigo apresenta um panorama das atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema da violência sexual contra a mulher, desenvolvidas pelos cursos de Enfermagem e Serviço Social em todas as instituições de ensino superior no Brasil. Estes cursos foram selecionados como paradigmáticos para compreender as ações de sensibilização desenvolvidas pelas universidades e faculdades, uma vez que enfermeiras e assistentes sociais compõem grande parte das equipes multidisciplinares de atendimento à mulher vítima de violência nos centros de saúde públicos. O artigo também apresenta e discute os resultados do levantamento sistemático da produção bibliográfica em língua portuguesa sobre o tema, cujos dados foram publicados na forma de uma obra referência, "Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher no Brasil: 1984-2003", a primeira do gênero no país.

Flavia Squinca

Mestranda em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

Debora Diniz

Doutora em Antropologia, professora da Universidade de Brasília e integrante do Conselho Diretor da International Association of Bioethics

Kátia Braga

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília e diretora da Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

Unitermos: violência sexual, ensino superior, Enfermagem, Serviço Social

A violência sexual no Brasil

A violência sexual contra a mulher, seja ela criança, jovem ou adulta, é um fenômeno social constante, poliforme e agravado pela violência física e psicológica (1). Entre as manifestações de violência de gênero, a violência sexual expressa-se como uma das mais graves, haja vista que impõe uma série de desafios à intervenção pública. Segundo dados da "Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes", do Ministério da Saúde, menos de 10% dos casos de violência sexual são registrados pelas delegacias, fazendo com que o universo da violência sexual contra a mulher seja ainda largamente desconhecido e inatingível pelas políticas públicas de proteção aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (2,3).

O primeiro desafio das políticas de saúde é o baixo índice de registro de ocorrência deste tipo de crime à polícia. Vários estudos demonstram que a violência sexual contra a mulher ocorre na esfera privada, isto é, no ambiente doméstico, e que os agentes da violência são pessoas próximas às vítimas, tais como pais, padrastos, irmãos ou maridos e namorados (4). Esta proximidade vem sendo apontada como um fator de intimidação à reação pública da mulher vítima de violência, o que dificulta o registro do boletim de ocorrência policial ou mesmo as ações de prevenção. O segundo desafio é a capacitação de diferentes profissionais para o atendimento à mulher vítima de violência (3). A intervenção em situações de violência sexual exige a atuação rápida de uma série de profissionais, de agentes de polícia a profissionais de saúde, o que torna as ações de sensibilização multifacetadas.

Regra geral, os serviços de saúde são os principais espaços para a identificação da mulher vítima de violência sexual. O exame médico é um passo necessário para o encaminhamento da investigação policial, bem como a condição para a tomada de decisão nos casos de contracepção de emergência ou mesmo de profilaxia para doenças sexualmente transmissíveis (5). É nesse sentido que a “Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes” recomenda que a entrevista de recebimento da mulher vítima de violência nos centros de saúde deva ser feita por um profissional devidamente sensibilizado para a questão, ou seja, é preciso que os profissionais de saúde, quer sejam médicos, enfermeiras, psicólogos ou assistentes sociais, estejam devidamente capa-

citados para a urgência do tema e o devido acolhimento da mulher vítima de violência sexual (3).

Foi exatamente em resposta à carência de ações de sensibilização dos profissionais que atuam no recebimento das mulheres vítimas de violência sexual que o projeto “A Enfermagem e o Serviço Social enfrentam a violência sexual contra a mulher: um projeto de capacitação do ensino superior no Brasil” foi desenvolvido (6). O objetivo do projeto foi o de capacitar recursos humanos, tendo por público-alvo estudantes e professoras dos cursos de Enfermagem e Serviço Social de todo o país. O intuito foi proporcionar instrumentos pedagógicos e aperfeiçoar o conteúdo dos cursos universitários de Enfermagem e Serviço Social no Brasil, sensibilizando e capacitando estudantes e professoras para o tema da violência sexual contra a mulher e, conseqüentemente, a atuação profissional e política das assistentes sociais e das enfermeiras em equipes multidisciplinares de saúde (7). O projeto foi desenvolvido em duas fases – uma de mapeamento das atividades universitárias e outra de levantamento da produção científica sobre o tema em todos os campos disciplinares –, cujos principais resultados serão apresentados neste artigo.

Os cursos de Enfermagem e Serviço Social, muito embora distantes na estrutura universitária, apresentam algumas particularidades acadêmicas e profissionais que os tornam paradigmáticos para uma ação educativa no campo da violência sexual contra a mulher: 1. são cursos majoritariamente compostos por mulheres,

SIMPÓSIO

mas com baixa tradição de estudos de gênero e do feminismo; 2. são carreiras cujo ethos profissional estimula a interdisciplinaridade como forma de conhecimento, o que favorece temas com múltiplas abordagens, como é o caso da violência sexual contra a mulher; 3. são também carreiras pouco valorizadas pelo mercado de trabalho, o que faz com que ações extracurriculares de capacitação sejam pouco comuns, havendo mesmo um baixo incentivo à pesquisa, à educação continuada e à pós-graduação; 4. são profissões basicamente voltadas para a assistência, em especial à assistência em saúde e, ainda, 5. são profissões que permitem às profissionais ter acesso a informações privadas ou íntimas, essenciais para o mapeamento da violência sexual, mas geralmente omitidas no contato com outros profissionais de saúde, em especial com os médicos, ou mesmo com os agentes de polícia.

Os serviços de saúde são uma das áreas de nítida aproximação entre a Enfermagem e o Serviço Social, onde, regra geral, as duas profissões desenvolvem atividades coordenadas nos campos da educação e assistência primária. É o sistema de saúde o *locus* prioritário de reconhecimento das mulheres vítimas de violência sexual (8). A assistente social e a enfermeira são as profissionais com acesso mais direto à mulher vítima de violência, cabendo a elas, por exemplo, a entrevista de recebimento ou mesmo o encaminhamento da mulher à polícia ou à casa abrigo. Muito embora o exame clínico seja, geralmente, feito por um médico plantonista ou clínico geral, a mulher vítima de violência sexual é encaminhada à assistente social para o registro do

crime, ao passo que a enfermeira, exceto nos casos em que exista risco de vida, é quem mais diretamente fornece os cuidados em saúde necessários após o diagnóstico ou a prescrição de medicamentos. Curiosamente, no entanto, essas duas profissionais vêm sendo tradicionalmente esquecidas pelas políticas nacionais de sensibilização para a questão da violência sexual contra a mulher. Além disso, há pouca ênfase nos cursos universitários de todo o país para a promoção da pesquisa e do ensino nestes campos, como é possível atestar pelo número de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nestas áreas (9).

Este artigo apresenta um panorama das atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema da violência sexual contra a mulher, desenvolvidas pelos cursos de Enfermagem e Serviço Social em todas as instituições de ensino superior no Brasil. Estes cursos foram selecionados como paradigmáticos para compreender as ações de sensibilização desenvolvidas pelas universidades e faculdades, uma vez que enfermeiras e assistentes sociais compõem grande parte das equipes multidisciplinares de atendimento à mulher vítima de violência nos centros de saúde públicos. O artigo apresenta e discute ainda os resultados do levantamento sistemático da produção bibliográfica em língua portuguesa sobre o tema, cujos dados foram publicados na forma de uma obra de referência: “Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher no Brasil: 1984-2003” – a primeira do gênero no país (10).

A pesquisa

O Brasil conta com 104 cursos de graduação em Serviço Social, sendo 3 cursos municipais, 10 estaduais, 19 federais, 27 particulares e 45 filantrópicos, e 207 cursos de Enfermagem, sendo 2 municipais, 35 estaduais, 35 federais, 54 particulares e 81 filantrópicos, segundo dados do último censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (11). Estima-se que existam cerca de 60.000 assistentes sociais e 100.000 enfermeiras no mercado de trabalho no Brasil, segundo dados do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), respectivamente. Há cursos de Serviço Social e Enfermagem em todo o país, nas capitais e no interior. O mercado de trabalho das assistentes sociais e das enfermeiras é, essencialmente, voltado para a assistência em saúde, havendo uma interface do tema da violência sexual contra a mulher com outras áreas de atuação já consagradas pelas duas carreiras, como é o caso dos direitos humanos ou da saúde pública.

Para o levantamento de dados do projeto, todos os cursos de Enfermagem e Serviço Social do país receberam um questionário-consulta que visava identificar as ações de ensino, pesquisa e extensão sobre a violência sexual contra a mulher. Foram remetidos 2.000 questionários para 104 cursos de graduação em Serviço Social e 207 cursos de graduação em Enfermagem, total dos cursos de graduação das duas carreiras. Para garantir o recebimento do instrumento, mais de um questionário foi remetido para cada instituição. Os ques-

tionários tinham o porte pré-pago para resposta, um mecanismo para facilitar a adesão à pesquisa. Cada instituição recebeu pelo menos três questionários remetidos à coordenadora de pós-graduação, coordenadora de graduação e chefe de departamento. No caso de mais de um questionário respondido por instituição, o que correspondeu apenas a 5% do total das instituições, os dados foram cotejados e somente incluídos os que apresentaram a mesma resposta. Quando havia núcleos ou grupos de pesquisa registrados no CNPq sobre o tema da violência sexual contra a mulher, os questionários também foram diretamente remetidos às coordenadoras. Do total de enviados, foram recebidos 47% dos de Enfermagem e 41% dos de Serviço Social. Esse índice de resposta permitiu um mapeamento seguro da realidade acadêmica nacional para essas duas carreiras.

O questionário foi composto por 7 questões fechadas e 8 abertas, cujo objetivo era mapear as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas instituições de ensino superior para a sensibilização de futuras assistentes sociais e enfermeiras para a assistência da mulher vítima de violência sexual. As variáveis consideradas foram: 1. o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão sobre o tema; 2. no caso de não haver atividades em curso, o interesse dos departamentos de Enfermagem e Serviço Social em desenvolver atividades futuras e 3. a possibilidade de incluir o tema em disciplinas obrigatórias, optativas e outras modalidades. A coleta de dados foi realizada entre os meses de setembro a dezembro de 2003 e os dados tabulados entre fevereiro e

SIMPÓSIO

junho de 2004. O questionário e as respostas foram remetidos por correio.

Um panorama do ensino superior: Enfermagem e Serviço Social

Houve maior concentração de resposta entre as universidades privadas, em especial as de menor porte, um claro indicativo da demanda por atividades neste sentido. Na Enfermagem, 80% das respostas foram de instituições privadas e 20% de públicas; no Serviço Social, 81% das respostas foram de instituições privadas e 19% de públicas. No total, foram recebidos 141 questionários: 43 (41% do total) dos cursos de Serviço Social e 98 dos cursos de Enfermagem (47% do total). Os questionários do curso de Enfermagem recebidos seguiram a distribuição nacional da inserção dos cursos no país: 51% da região Sudeste; 22% da região Sul; 16% da região Nordeste; 12% da região Centro-Oeste; 7% da região Norte e 5% não mencionavam a região. Os questionários do curso de Serviço Social seguiram tendência semelhante: 47% da região Sudeste; 37% da região Sul e 16% da região Nordeste.

Nenhuma instituição de ensino apontou a existência de disciplinas específicas sobre o tema, já instituídas na grade curricular, sendo a temática incluída em disciplinas afins, tais como: “Saúde da Mulher”, “Saúde da Criança”, “Saúde Coletiva”, “Saúde Física e Mental da Mulher”, “Violência contra Crianças e Adolescentes” e “Projetos Sociais”. A única universidade que registrou uma disciplina específica sobre o tema da violência sexual contra a mulher foi a Universidade de Brasília (12). Com relação ao

desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema da violência sexual contra a mulher, 52% dos cursos de Enfermagem e 70% dos cursos de Serviço Social responderam que os departamentos realizam pelo menos uma dessas atividades. Entre as atividades apontadas estão ofertas de disciplinas, pesquisas, palestras, oficinas, extensão, Programa Especial de Treinamento (PET/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq) e estágio curricular supervisionado.

Um dado sugestivo sobre a importância do tema para a formação profissional de assistentes sociais e enfermeiras é que 94% dos cursos de Enfermagem e 74% dos de Serviço Social consideraram necessário incluir de maneira mais abrangente e permanente o tema na formação curricular, isto é, sob a forma de disciplinas obrigatórias ao currículo. Quando questionados se a inserção deveria ser como uma disciplina optativa ou atividades extracurriculares, ou seja, não necessariamente cursada por todos os estudantes, 36% dos respondentes de Enfermagem e 42% dos de Serviço Social responderam afirmativamente, em clara preferência pela inclusão como uma disciplina obrigatória. O questionário solicitava ainda que as respondentes indicassem em que disciplinas obrigatórias ou optativas poderiam ser incluídos módulos específicos sobre o tema da violência sexual: “Assistência de Enfermagem”, “Saúde Mental”, “Saúde da Mulher”, “Bioética” e “Tópicos Especiais em Política Social” foram alguns dos mais citados.

A produção intelectual brasileira

Outro dado levantado pela pesquisa foi a produção científica sobre o tema da violência sexual contra a mulher no Brasil. Um dos objetivos desse levantamento era sistematizar o conhecimento que se encontrava disperso, uma vez que o tema, por ser marcadamente multidisciplinar, não é de domínio específico de um único campo. O levantamento bibliográfico cobriu o período de 1984 a 2003 e resultou na publicação da obra de referência “Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher no Brasil: 1984-2003”, com 1.170 referências em língua portuguesa. A abrangência temporal da bibliografia teve como marco inicial o ano de 1984, ano em que o governo brasileiro ratificou a “Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres” – um documento que reconhece que a violação dos direitos humanos fundamentais das mulheres é a principal responsável pelos obstáculos impostos ao desenvolvimento biopsicossocial das mesmas. A obra não se restringiu à produção acadêmica da Enfermagem e do Serviço Social, mas foi um levantamento sistemático e em profundidade de toda a informação acessível sobre o tema da violência sexual contra a mulher. Das diversas especialidades médicas ao Direito, foram levantadas referências de livros, artigos, teses, legislação, eventos científicos e obras de divulgação que estivessem registradas em bases de dados confiáveis.

O tema da violência sexual contra a mulher é marcadamente multidisciplinar. No Brasil, quase todas as áreas do conhecimento ou espe-

cialidades possuem publicações sobre o mesmo. No entanto, há maior concentração de referências nas áreas jurídicas e de saúde, indício de que esse é um tema de maior enfrentamento por esses profissionais. A publicação de artigos impressos em periódicos científicos seguiu a seguinte distribuição por campo disciplinar: 33% da Saúde; 30% do Direito; 29% na categoria multidisciplinar que incluía Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e 8% da Psicologia. Além disso, o estudo revelou que 12% dos artigos da área da saúde foram publicados em periódicos especializados em Psiquiatria e 10% em periódicos da Enfermagem.

A bibliografia conseguiu identificar 1.091 autores ou editores de informações sobre o tema da violência sexual contra a mulher. Entre esses, estavam pessoas físicas, entidades, conselhos profissionais, organismos internacionais, órgãos governamentais e organizações não-governamentais. Para tanto, a bibliografia restringiu-se a compilar somente informações produzidas por autores brasileiros ou publicações editadas no Brasil ou por editoras do país. No caso da literatura produzida em qualquer outra língua, ainda que de autores nacionais, a mesma foi excluída do levantamento.

Considerações finais

O artigo apresentou um panorama das atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema da violência sexual contra a mulher, desenvolvidas pelos cursos de Enfermagem e Serviço Social em todas as instituições de ensino superior no Brasil. Além disso, também

SIMPÓSIO

discutiu o levantamento sistemático da produção bibliográfica em língua portuguesa sobre o tema, cujos dados foram publicados na forma de uma obra de referência, “Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher no Brasil: 1984-2003”. Os dados da pesquisa permitem não apenas traçar um panorama atual das atividades acadêmicas dessas duas carreiras, mas são também evidências confiáveis para ações futuras de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema em âmbito universitário. Por meio da bibliografia, é possível identificar as áreas de maior destaque da pesquisa acadêmica, bem como as lacunas teóricas e temáticas que demandam ações afirmativas de pesquisa para seu enfrentamento.

Dentre as ausências da pesquisa científica brasileira, quatro temas se destacaram: violência sexual contra mulheres e meninas portadoras de deficiência; correlação entre violência sexual e raça; violência sexual de profissionais de saúde contra mulheres e meninas e violência sexual contra meninas que não se configure como incesto. O curioso destas lacunas no pensamento científico brasileiro é que estas são variáveis que compõem o imaginário midiático da violência sexual e fazem parte do cotidiano de atendimento de centros de saúde. O tema da violência sexual contra mulheres e meninas

deficientes, em especial portadoras de deficiência mental, por exemplo, é parte do senso comum médico ou jurídico. Esse descompasso entre a realidade e a pesquisa científica pode ser tanto sugestivo do quanto esse é um tema tabu e, portanto, silenciado inclusive na pesquisa acadêmica, como indicativo do desafio necessário para o enfrentamento, seja político ou acadêmico. Esta mesma hipótese pode ser estendida às questões raciais ou à relação profissional de saúde/pacientes.

Os dados revelaram que a violência sexual contra a mulher, seja ela criança, jovem ou adulta, além de fenômeno social é uma questão a ser inserida nos currículos acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação em saúde e não apenas nas carreiras de Enfermagem e Serviço Social, mas não como atividades de ensino, pesquisa e extensão optativas ou temporárias, mas sim como atividades obrigatórias para a formação. Essa necessidade se justifica não apenas porque estas duas carreiras compõem a equipe multidisciplinar de atendimento à mulher vítima de violência em centros públicos de saúde, mas também porque cada vez mais se exige dos profissionais de saúde uma formação ampla em direitos humanos e questões éticas para a promoção da justiça social.

RESUMEN

Violencia sexual contra la mujer: un desafío para la enseñanza y la investigación en Brasil

Este artículo presenta un panorama de las actividades de enseñanza, investigación y extensión sobre el tema de la violencia sexual contra la mujer, desarrolladas por los cursos de Enfermería y Servicio

Social en todas las instituciones de enseñanza superior en Brasil. Los cursos fueron seleccionados como paradigmáticos para comprender las acciones de sensibilización desarrolladas por las universidades y facultades, una vez que enfermeras y asistentes sociales componen gran parte de los equipos multidisciplinares de atención a la mujer víctima de violencia en los centros de salud públicos. El artículo también presenta y discute los resultados del levantamiento sistemático de la producción bibliográfica en lengua portuguesa sobre el tema, cuyos datos fueron publicados en forma de obra de referencia, "Bibliografía/estudios sobre violencia sexual contra la mujer en Brasil: 1984-2003", la primera del género en el país.

Unitérminos: violencia sexual, enseñanza superior, enfermería, servicio social

ABSTRACT

Sexual violence against women: a challenge for teaching and research in Brazil

This article presents a panorama of teaching, research and extension activities on the theme of sexual violence against women, carried out in Nursing and Social Services courses in higher education institutions in Brazil. The courses were chosen as paradigms for understanding the actions of awareness raising being carried out by faculties and universities as it is nurses and social workers that largely make up the multi-disciplinary teams that assist women victims of violence in public health centers. The article also presents and discusses the results of a systematic survey of bibliographical production in the Portuguese language on this theme, the results of which have been published in the form of a reference work entitled "Bibliografia/estudos sobre violência sexual contra a mulher no Brasil: 1984-2003" (Bibliography/studies on sexual violence against women in Brazil), the first of its kind in Brazil.

Unitérminos: sexual violence, higher education, Nursing, Social Services

REFERÊNCIAS

1. Bandeira L. Apresentação. In: Braga KS, Nascimento E, Organizadoras. Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher: 1984-2003. Brasília: LetrasLivres, Editora UnB, 2004. p. 7.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: normas técnicas. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 36p.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. p. 32.

SIMPÓSIO

4. Suárez M, Bandeira L, Organizadores. Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Ed. UnB, 1999. 536p.
5. O exame clínico de identificação das marcas da violência sexual é um dado fundamental para o encaminhamento da denúncia e da investigação policial, o que torna decisiva a participação dos profissionais de saúde neste processo (Bandeira L. Um recorrido pelas estatísticas de violência sexual no Distrito Federal. In: Suárez M, Bandeira L, Organizadores. Op. cit, 1999. p. 466).
6. O projeto foi desenvolvido pela Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, em parceria com a Universidade de Brasília, com o apoio da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e da Fundação John D. e Catherine T. MacArthur Foundation.
7. A Enfermagem e o Serviço Social são carreiras tradicionalmente femininas. Por isso, o uso do gênero feminino em todo este projeto. Para se ter uma idéia da distribuição de estudantes na Universidade de Brasília (UnB), 84% e 86% são as proporções de estudantes mulheres nos cursos de Enfermagem e Serviço Social. Entre os docentes da UnB, esta proporção é ainda mais desigual, 95% e 90% na Enfermagem e no Serviço Social são mulheres, respectivamente.
8. Quando não é o serviço de saúde o principal local de identificação da mulher vítima de violência sexual, outros espaços importantes são as delegacias de polícia, em especial as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam), onde, segundo registros de 2001, 40% das Deams possuíam assistente social (Fontana M. Dossiê violência contra a mulher. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde, 2001. p. 3).
9. Segundo dados do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a Plataforma Lattes registra que, para a Enfermagem, são apenas três grupos sobre violência e gênero e um sobre violência sexual, ao passo que para o Serviço Social são apenas oito grupos sobre violência e gênero e quatro sobre violência sexual.
10. Braga KS, Nascimento E, Organizadoras. Bibliografia estudos sobre violência sexual contra a mulher 1984-2003. Brasília: LetrasLivres, Editora UnB, 2004. 319p.
11. Dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, relativos ao censo educacional de 2001 (MEC/Inep).
12. O projeto desenvolvido pela Anis teve como um dos objetivos elaborar programas de ensino, com vistas a incorporar o tema da violência sexual contra a mulher nos cursos de graduação e pós-graduação em Enfermagem e Serviço Social em todo o país. O pré-teste para a elaboração do programa foi realizado durante a disciplina "O Serviço Social enfrenta a violência contra a mulher".

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Caixa Postal 8011
Brasília, DF - Brasil
CEP 70673-970
anis@anis.org.br